

COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E O ESTADO DE BEM-ESTAR LIBERAL¹²

Colonialism, Postcolonialism and the Liberal Welfare State³

BHAMBRA, Gurminder⁴

HOLMWOOD, John⁵

Resumo:

Este artigo versa sobre as origens coloniais e raciais do estado de bem-estar social com uma ênfase particular no estado de bem-estar liberal do Reino Unido e dos Estados Unidos. Ambos são entendidos em termos da centralidade da condição mercantilizada da força de trabalho enquanto expressão da lógica das relações de mercado. Em contraste, argumentamos que, com um entendimento adequado das relações entre capitalismo e colonialismo, a venda de força de trabalho como uma mercadoria representa um movimento contrário à forma mercantilizada de trabalho representada pela escravidão. O colonialismo europeu é constitutivo ao desenvolvimento dos estados de bem-estar e suas formas de inclusão e exclusão, que permanecem racializadas até o século XXI.

Palavras-Chave: Classe; Colonialismo; Desposseção; Imigração; Estados de Bem-Estar.

¹ Original: Gurminder K. Bhambra & John Holmwood (2018): Colonialism, Postcolonialism and the Liberal Welfare State. *New Political Economy*, DOI: 10.1080/13563467.2017.1417369.

² Enviado em: 30 Set. 2020. | Aceito em: 01 Mar. 2021.

³ Tradução de Pedro dos Santos Borba. Universidade Estadual de Londrina. <http://orcid.org/0000-0003-0045-3248>

⁴ Universidade de Sussex (Brighton / Reino Unido). <https://orcid.org/0000-0003-3658-1575> - g.k.bhambra@sussex.ac.uk

⁵ Universidade de Nottingham (Reino Unido). <https://orcid.org/0000-0002-3440-3524> - john.holmwood@nottingham.ac.uk

tradutor: pedroborba.cp@gmail.com

Enviado em: 09 Dez 2020. | Aceito em: 23 Feb 2021

Abstract:

This article addresses the colonial and racial origins of the welfare state with a particular emphasis on the liberal welfare state of the USA and UK. Both are understood in terms of the centrality of the commodified status of labour power expressing a logic of market relations. In contrast, we argue that with a proper understanding of the relations of capitalism and colonialism, the sale of labour power as a commodity already represents a movement away from the commodified form of labour represented by enslavement. European colonialism is integral to the development of welfare states and their forms of inclusion and exclusion which remain racialised through into the twenty-first century.

Keywords: Class; Colonialism; Dispossession; Immigration; Welfare.

A publicação do *Capital no século XXI* de Thomas Piketty (2014) colocou a desigualdade firmemente de volta à agenda. As desigualdades — medidas pela apropriação proporcional de renda e riqueza — têm se ampliado e, nas democracias avançadas, retornaram a níveis nunca vistos desde o final do século XIX. Nada disso deveria ser surpreendente. Já estava bem estabelecido, principalmente pelo trabalho de Atkinson (por exemplo, 2003), mentor e colaborador de Piketty, o fato de que uma tendência secular à maior igualdade em grande parte do século XX havia começado a ser revertida na década de 1980. A globalização neoliberal promovida pelos governos nacionais e agências internacionais foi amplamente vista como o principal motivo dessa reversão.

O impacto do livro de Piketty derivou, em parte, do fato de ter sido publicado após a crise financeira e a recessão de 2008, que pareciam marcar o fim do neoliberalismo (Kotz, 2009; Duménil e Lévy, 2011). No entanto, os custos do resgate aos bancos e seu impacto nos orçamentos públicos inauguraram um período de austeridade fiscal por parte de muitos governos e um endurecimento da política neoliberal em vez de seu abandono. De fato, desde que Piketty escreveu, o neoliberalismo tem sido acompanhado pelo populismo como seu 'suplemento' (Boltanski e Thévenot, 2006), usando as minorias étnicas e imigrantes como bode expiatório enquanto deteriora a posição da classe trabalhadora branca, antes incorporada e agora “deixada para trás”. Isso ficou mais evidente na votação do referendo no Reino Unido para deixar a União Europeia em junho de 2016 e na eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em novembro daquele ano. Esses temas, no entanto, têm uma ressonância mais ampla e incluem a crise dos refugiados em curso na Europa (onde a imagem de multidões em fila nas fronteiras europeias repercutiu no referendo no Reino Unido, muito embora este tenha aceitado muito poucos

refugiados).

Muitas análises recentes sobre o estado de bem-estar social⁶ na Europa (e alhures) sugerem que mudanças nos padrões migratórios afetaram a solidariedade necessária para reconhecer as reivindicações de concidadãos aos direitos sociais (para uma discussão ver Alesina et al. 2001, Alesina and Glaeser, 2004; Goodhardt 2013). Divisões sociais de raça e etnicidade foram tratadas mormente como exógenas ao seu desenvolvimento, e não como constitutivas dele. A exceção são os Estados Unidos, onde a raça foi vista como central, ainda que usada para explicar o caráter “retardatário” dos arranjos de bem-estar no país. Em contraste, ainda que concordemos que exista uma falência de solidariedade, argumentamos que ela tem origem no colonialismo que organiza o acesso à política e aos direitos sociais em uma base hierárquica e racializadaⁱ. Isso não é peculiar aos Estados Unidos, descrevendo seu “excepcionalismo”, mas antes é constitutivo aos outros estados de bem-estar, e não se refere simplesmente à imigração recente. Especificamente, nos anos 1970 (período a partir do qual há a grande reversão das tendências à redução de desigualdade que Piketty descreve) há um fracasso em substituir uma dominação racializada pré-existente por igualdade, e isso representa um legado continuado daquela racializaçãoⁱⁱ.

Em particular, apresentamos a seguir como o aprofundamento de uma sociologia histórica da colonialidade pode fornecer um entendimento mais adequado da trajetória de estados de bem-estar social na Europa e alhures do que aquele fornecido pelas abordagens convencionais. O foco será inicialmente a reinterpretação do estado de bem-estar liberal, isso porque o regime “liberal” tem particular significância analítica como um padrão mínimo contra o qual outros tipos são julgados, como consequência de sua representação como o mais alinhado às exigências de mercado (ver, por exemplo, Esping-Andersen, 1991). Entretanto, incluiremos uma discussão sobre a formação colonial de outros tipos de estado de bem-estar social.

Nosso objetivo é analítico tanto quanto substantivo. Argumentamos que o estado de bem-estar liberal exemplifica uma tendência geral na compreensão do estado de bem-estar que separa o “econômico” do “social” e do “político” e designa ao primeiro uma lógica

⁶ Nota do tradutor: a expressão “*welfare*” compreende diversos termos possíveis em português (como assistência social, proteção social, serviços públicos, etc.), mas neste texto foi mantida a recorrência de seu emprego no original através da expressão “bem-estar”. Há apenas uma exceção em que “bem-estar” causaria ambiguidade na leitura em português; nesse caso, manteve-se o original sinalizado em parênteses.

impessoal de mercado. O “social”, então, é entendido como o lócus das “identidades”, que são mobilizadas através do processo “político” para intervir na “economia” para moderar seus resultados. A maioria das abordagens, assim, representa a mercantilização e suas categorias correlatas da economia, do mercado e da classe operando de maneira a impulsionar ora a erosão da discriminação (análises liberais padrão), ora um universalismo além da raça, contido na oposição classista à forma mercadoria (por exemplo, em análises marxistas). Tentamos mostrar que a “mercantilização” é racializada em si mesma, e não simplesmente pela operação de modificações “sociais” externas que podem, de forma contingente, se provar mais fortes que quaisquer tendências a resolvê-las. Dessa maneira, argumentamos que os mercados são racializados *como uma consequência da forma mercadoria, e não a despeito dela*.

1. Trajetórias de bem-estar?

A tipologia de Esping-Andersen (1991) dos regimes de bem-estar social foi quicá o tratamento mais influente das diferenças entre estados de bem-estar (Ferragina e Seeleib-Kaiser, 2011). Em um argumento derivado de Polanyi (1944), essa tipologia é construída sobre a ideia de que estados de bem-estar representam uma desmercantilização de demandas de renda por meio da provisão de serviços ou benefícios de bem-estar por fora das demandas convencionais de propriedade (seja de capital ou trabalho). Em comum com Polanyi, Esping-Andersen considera toda a provisão pública (*non-market*) de bem-estar como “desmercantilizante” — ou seja, como uma modificação na forma “pura” da mercadoria. Contudo, o tipo liberal é caracterizado como sendo o menos extensivo regime de bem-estar, tendo como preocupação primária a manutenção de processos de mercado. Seus outros dois tipos — “socialdemocrata” e “corporatista-estatista” — envolvem maiores modificações nas relações de mercado.

Desde que Esping-Andersen escreveu, seu esquema foi sujeito a alterações consideráveis, incluindo o desenvolvimento de tipos adicionais associados à Europa do sul (Ferrera, 1996), aos países anteriormente comunistas (Fenger, 2007), bem como a criação de distinção entre categorias já existentes, como a identificação de um tipo “radical” dentro do grupo liberal (Castles, 1998). Finalmente, houve argumentos que os tipos eram exemplificados por países específicos (os Estados Unidos, a Suécia e a Alemanha), mas os demais casos eram menos nitidamente adequados a seus tipos, de

modo que a maioria dos casos são “híbridos” (Bolderson e Mabbett, 1995; Scruggs e Allan, 2006).

Mais recentemente, a tipologia de Esping-Andersen sofreu críticas relacionadas com a fragilidade dos arranjos que ele descreveu como incorporados em trajetórias históricas relativamente robustas (Schelke, 2012). Um novo consenso está se formando em torno à ideia de que Esping-Andersen identificou um leque demasiado estreito de fatores — associados com atores de classe e com a desmercantilização — enquanto negligenciou outros, como os demográficos (Lynch, 2006). Nesse caso, o envelhecimento da população cria demandas particulares por serviços e benefícios, ao passo que as condições eleitorais favorecem estes interesses contra outras reivindicações. Uma população envelhecida também forma a base para imigração crescente e, assim, para a fratura de solidariedades de classe (e outras) que eram centrais no argumento de Esping-Andersen. Ainda assim, uma vez mais, a imigração é posicionada no argumento como um fenômeno contingente, conectado a circunstâncias imediatas. Da mesma forma, Mann (1987) associa o desenvolvimento dos estados de bem-estar social com a guerra e as solidariedades que ela gera (especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial), solidariedades que evanescem com o tempoⁱⁱⁱ.

O que é significativo é que a crítica a Esping-Andersen leva de volta a seu tipo padrão de estado de bem-estar (neo-)liberal. Assim, para diversos analistas, o risco é de uma “americanização” da política social europeia (ver Holmwood, 2000). Um dos primeiros comentadores nesses termos é Streeck (1995). Ele associa o Reino Unido aos Estados Unidos a partir de suas políticas liberais e propõe que “o acordo de Maastricht foi uma decisiva vitória britânica sobre o projeto de construção federalista de estado de bem-estar (1995, p. 404). Streeck atribui isso à fraqueza de qualquer sistema federal diante da assertiva de direitos por estados soberanos, estipulando uma analogia entre o federalismo europeu e o dos Estados Unidos, que ele considera como um bem-estar retardatário precisamente pela assertiva de direitos dos “estados” sobre as políticas federais. Ainda que ele não mencione o fato, os direitos dos “estados” é uma referência codificada à acomodação da política racializada nos estados do sul dos EUA. O argumento é posto mais explicitamente por Taylor-Gooby (2004) em um artigo que diretamente confronta a posição de que, por minar a solidariedade, a imigração criaria circunstâncias para a convergência da política social com os Estados Unidos. Sua conclusão é de que a “política de esquerda” — isto é, a solidariedade de classe expressa através do sistema

eleitoral — pode e se provou ser uma contenção efetiva ao enxugamento da política social, um argumento que agora já parece vazio. Os “mercados” se mostraram contra a “política” (para inverter o título de um livro anterior de Esping-Andersen [1988]); a remercantilização deteriorou a desmercantilização. Mas ainda assim a natureza racial dos mercados não é tratada.

2. Mercados racializados?

Parece-nos óbvio indicar que a guerra e a migração/imigração são constitutivas à formação do estado (de bem-estar) europeu, mesmo se elas estão fora das explicações científicas convencionais. Para ver como isso ocorre, só precisamos lembrar que os membros originais da Comunidade Econômica Europeia (CEE) eram todos ex-metrópoles imperiais, com França, Holanda e Bélgica entrando na CEE junto com suas possessões ultramarinas. Alemanha e Itália, por sua vez, haviam perdido suas colônias como consequência da derrota na guerra (Luxemburgo foi implicado em virtude de sua união econômica com a Bélgica acordada em 1921 e, antes disso, sua participação no Zollverein do Império Alemão). Países que entraram posteriormente, como o Reino Unido, Espanha e Portugal, eram também ex-metrópoles, sendo que, no caso do Reino Unido, subsistiam compromissos coloniais significativos no momento da adesão. Com efeito, as trajetórias históricas mais longas que Esping-Andersen se baseia — os benefícios de bem-estar diferenciados e as hierarquias de status do tipo corporatista-estatista, por exemplo — foram formadas por essas experiências. Cada sociedade “nacional” incorporou um espaço político mais amplo que era racialmente estruturado através de hierarquias de inclusão e exclusão associadas às dependências coloniais (Bhambra, 2017).

A omissão em reconhecer o significado do colonialismo enquanto tal é imbricada às leituras implícitas do capitalismo como contexto em que o desenvolvimento do estado de bem-estar ocorre. Como sugerimos, entende-se que o primeiro se desenvolve de acordo com uma lógica “econômica” de relações de troca mercantil. Dessa maneira, o “econômico” é separado do “social e do “político”, com o primeiro representando um conjunto de forças “impessoais”^{iv}. Dado que o colonialismo é representado como um fenômeno político, ele permanece analiticamente distinto das relações capitalistas cujo desenvolvimento ele pode facilitar, mas com as quais ele tem apenas uma relação contingente^v. É essa construção teórica que se mantém central para as narrativas social-

científicas do liberalismo (e do neoliberalismo).

Como já mencionado, a compreensão abrangente de Esping-Andersen sobre o bem-estar como um processo de desmercantilização é derivada da análise de Karl Polanyi sobre a dependência da economia política liberal à “ficção” da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro^{vi}. Segundo Polanyi, a economia política liberal é baseada na ideia de um mercado autorregulado e no desenvolvimento de políticas públicas para superar os obstáculos à realização dessa autorregulação (ainda que, obviamente, seu argumento mais profundo seja que mercados são um produto da intervenção política). Para Polanyi, terra, trabalho e dinheiro não podem atingir naturalmente a forma mercadoria e gerar resistência às tentativas de mercantilizá-los (ou, no caso do dinheiro, a tentativa de fazê-lo é contraditória; voltaremos ao dinheiro em seguida). Em termos gerais, Polanyi adota a definição marxista de mercantilização do trabalho no sentido em que o capitalismo é baseado na força de trabalho como mercadoria. Mas, ao contrário de Marx, ele tem uma concepção ampla de resistência derivada da natureza “antissocial” da mercantilização.

É isso que estrutura a leitura de Esping-Andersen sobre os diferentes regimes de bem-estar. Ao fim e ao cabo, os regimes de bem-estar representam intervenções “reformistas” do tipo que Marx considerara incompatíveis com as relações sociais capitalistas, as quais ele definia como “estritamente casadas”, para usar a expressão de Perrow (1984), com a relação capital-trabalho. A desmercantilização para Polanyi, assim como para Esping-Andersen posteriormente, pode assumir diferentes formas e trajetórias (ao contrário da trajetória marxiana de capitalismo-socialismo-comunismo). Dado o fato de que o núcleo de sua análise é que o estatuto de mercadoria do trabalho (e da terra e do dinheiro) é ficcional, até o liberalismo deve construir um regime “residual” de bem-estar que procura, tanto quanto possível, manter a primazia das trocas mercantis, mas, ainda assim, as modifica enquanto reproduz a ideologia padrão de políticas públicas em que o mercado tem primazia.

A leitura de Esping-Andersen sobre os regimes de bem-estar se dá essencialmente através da categoria trabalho, pois ela serve a seu interesse pelo *capitalismo* de bem-estar. Ele compreende que o ímpeto “desmercantilizador” advém sobretudo da ascensão do movimento operário. Nesse contexto, negligencia a categoria terra de Polanyi, muito embora a mercantilização da terra através dos cercamentos seja grande parte da análise de Polanyi sobre a criação do trabalho como uma mercadoria intercambiável. De fato,

análises “revisionistas” sobre o estado de bem-estar sueco, como a de Baldwin (1992), retratam-no como resultado de uma aliança “vermelha e verde”, isto é, uma aliança dos trabalhadores recém-proletarizados com os pequenos agricultores. Voltaremos a esse ponto quando tratarmos do regime social-democrata mais diretamente. Por ora, queremos considerar, no nível formal, as relações entre terra e trabalho em Polanyi.

Inicialmente, Polanyi parece desenvolver seu argumento no contexto da relação dialética entre despossessão e posse. O movimento dos cercamentos representa a privatização dos direitos coletivos sobre a terra e, na outra ponta, cria uma classe despossuída de trabalhadores sem terra. Eles são representados como possuidores de si, ou seja, possuem a capacidade de trabalhar e são capazes de “alienar” sua força de trabalho em troca de salários. No entanto, a ideia do trabalho como uma mercadoria é uma ficção para Polanyi precisamente porque “o trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que se desdobra da própria vida, a qual, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diferentes, nem pode essa atividade ser separada da vida mesma, ser estocada e mobilizada” (2001 [1944], p. 72).

Portanto, a posse de si assegura a prerrogativa sobre o retorno do trabalho como uma forma de direito de propriedade. Ao mesmo tempo, o eu (*self*) não pode ser reduzido ao trabalho, e a própria ideia de si mesmo (*self*) encarna a reivindicação de direitos associada a ser uma pessoa. A emergência de condições comuns de trabalho permite o desenvolvimento de solidariedades baseadas sobre a “dignidade” desses eus (*selves*) e suas capacidades de auto-organização e ação coletiva.

Com efeito, o argumento de Polanyi ecoa a análise de Locke sobre o indivíduo, bem como a definição de Hegel sobre a subjetividade burguesa enquanto um sujeito capaz de propriedade (ambos em termos da apropriação de possessões externas que são postas em uso, e do uso dos esforços do próprio sujeito). Esping-Andersen se apoia nessa construção para representar a substância ideológica do liberalismo, mas ele não considera o contexto histórico do argumento de Locke, e da reconstrução dele por Polanyi, como o momento histórico da emergência da economia política liberal inglesa. Em suma, Polanyi dá pouca atenção ao fato de que os cercamentos na Inglaterra é contínuo com a despossessão colonial e a posse no “Novo Mundo” (Holmwood, 2016).

Na seção sobre “Mercado e Natureza”, é verdade que Polanyi se refere ao estilhaçamento do sistema social e cultural da vida nativa que segue a colonização. Há

uma analogia estreita, ele escreve, entre “a situação colonial hoje e aquela da Europa ocidental um século atrás. Mas a mobilização da terra que nas regiões exóticas pode ser comprimida em alguns anos ou décadas pode bem ter tomado séculos na Europa ocidental” (1944, pp. 178–90). No entanto, a consequência de apresentá-la como uma analogia é sugerir que a despossessão capitalista pode ser entendida no contexto da Europa ocidental independentemente do colonialismo, e que as formas de trabalho que ela produz são aquelas intrínsecas à economia política capitalista. Com efeito, há duas formas de mercantilização: do trabalhador (escravidão) e da força de trabalho (o assim chamado trabalho livre). A análise das mercadorias fictícias em Polanyi incide somente sobre a última e designa o trabalho livre à lógica do capitalismo de mercado, e não à racialização.

Dessa maneira, a economia política capitalista é separada do colonialismo com o qual emerge. Isso veio a ser aceito nas leituras posteriores, em parte, porque a discussão precedente sobre Locke (por exemplo, Macpherson, 1962) apresentou-o provendo uma visão normativa *avant la lettre* do capitalismo e do indivíduo. Entretanto, como Lebovics (1986) demonstrou, é muito mais provável que Locke não estivesse propondo uma leitura prefigurativa do capitalismo, mas sim refletindo sobre o colonialismo de povoamento (no qual ele tinha interesse direto como secretário da Comissão de Comércio e *Plantations* e dos Lordes Proprietários da Carolina).

Aos deslocados pelos cercamentos na Inglaterra (mais amplamente, na Europa) foi oferecido, por Locke, a possibilidade de cercar eles próprios na forma de povoamento alhures. Mas o que é importante para Locke em sua análise é mostrar que a propriedade comum não confere direitos. Estes surgem unicamente da propriedade privada, e então o deslocamento de direitos comuns através da apropriação privada não deve ser descrito como “despossessão”. As restrições admitidas por Locke sobre a propriedade privada — que o suficiente seja deixados aos demais e que nada deve ser desperdiçado — são, em um primeiro momento, “resolvidas” pelo povoamento colonial e a ideia que este confronta uma “*terra nullius*” (ou uma terra sem dono, no sentido que não está sujeita ao cultivo), enquanto a acumulação ilimitada sem desperdício é resolvida pelo dinheiro. O liberalismo clássico, então, afirma os direitos de propriedade privada diretamente no contexto de duas das três categorias de Polanyi, as de terra e dinheiro, e através da terceira, trabalho, como expressão da propriedade de si mesmo como base para os direitos individuais.

O movimento dos cercamentos na Europa que alimenta a migração, portanto, também

cria uma forma de cercamento colonial através do povoamento, da expropriação e da destruição de populações indígenas. Ao mesmo tempo, o colonialismo provê oportunidades para investimento em empresas que requerem força de trabalho — por exemplo, *plantations* de açúcar e algodão nas colônias americanas e caribenhas. O trabalho “autopossuído” não atende às demandas de trabalho exigidas pelo povoamento colonial (não importa o quanto isso apareça nas ideias jeffersonianas de um fazendeiro livre do Novo Mundo). Em seu lugar, recorreu-se ao trabalho forçado, especialmente à escravidão comercial (*chattel slavery*). Aqui confrontamos outro quebra-cabeça, qual seja: a incapacidade de Polanyi de lidar com a escravidão (há apenas uma breve referência às ameaças à segurança no contexto do tratamento de Burke para o pauperismo). O capitalismo emerge junto à escravidão, onde justamente não há separação entre o indivíduo humano e seu trabalho. Sob a escravidão comercial, o indivíduo, e não sua força de trabalho, é tratado como uma mercadoria e é desligado do resto de sua vida, “estocado” e “mobilizado”. Essa separação é evidente na designação “escravo” que reduz (e desumaniza) o indivíduo ao seu trabalho, em contraste com o termo “escravização” (*enslavement*), que mantém a separação entre o indivíduo e sua atividade de trabalho em face à desumanidade da prática^{vii}.

Em outras palavras, enquanto a ideia de força de trabalho como uma mercadoria pode ser uma “ficção”, o trabalhador mercantilizado não é. Para muitos, esta é a realidade da emergência do capitalismo. A escravização é o *trabalho como uma mercadoria*. Desse ponto de vista, a venda de “força de trabalho” (alienável da pessoa do trabalhador, e a definição mesma de sua forma mercadoria na maior parte das leituras) é já um movimento em direção à sua desmercantilização, provavelmente derivando de uma economia moral específica de “reconhecimento”. Formas complexas de subordinação do trabalho ao capital surgem — trabalho assalariado, trabalho familiar, serviço penal (*indentured service*) e escravização — e as diferentes formas são socialmente construídas (e resistidas) e reguladas politicamente. Entretanto, não podemos assumir que o “trabalho livre”, ou a venda de “força de trabalho”, é diferente do resto como, de certa maneira, a forma “real” do trabalho capitalista à qual as demais virão a ser subordinadas e subsumidas como parte da lógica intrínseca do capitalismo (como Marx sugeriu).

A ideia de “trabalho livre” parece surgir, assim, como uma categoria de pertencimento desvantajoso em uma comunidade societal governada por normas culturais de tratamento adequado, onde alguns são excluídos do pertencimento, estando sujeitos ao

trabalho não-livre. Tendo em vista os debates bem-documentados sobre a humanidade (ou não) dos ameríndios e africanos no contexto do colonialismo espanhol (Rodríguez-Salgado, 2009), bem como as reflexões filosóficas sobre os “estágios” da história (Bhambra, 2007) e o envolvimento religioso no movimento abolicionista (Anderson, 2014), essas normas culturais foram flexionadas religiosamente e organizadas racialmente. É nesse sentido que a força de trabalho “mercantilizada” e sua separação da individualidade humana pode ser entendida como uma categoria “moral”, e não “econômica”, derivando de uma tradição religiosa particular e aplicada, em primeiro lugar, apenas àqueles vistos como membros. De fato, desde Tocqueville, notou-se que o trabalho coagido dos escravizados potencialmente “deslegitima” o trabalho livre porque o próprio trabalho manual era entendido em termos racializados (Tocqueville, 2010 [1835/1840]; ver também Rana, 2011, Isenberg, 2016).

O ponto que gostaríamos de enfatizar aqui é que a referência do *trabalho mercantilizado*, diante da qual os graus de desmercantilização serão medidos para estabelecer “tipos de estado de bem-estar” já é, em si, uma forma de desmercantilização contra a qual uma maior desmercantilização é (problematicamente) tratada de modo a apagar a construção racial do trabalho. A ideia de que “a força de trabalho é uma mercadoria” é um produto da economia política, mas não no sentido de Marx de encarnar a lógica *sui generis* do capitalismo. É um produto da comunidade política que divide seus membros de outros que estão sujeitos a formas vis de dominação com base em sua exclusão do pertencimento social.

Efetivamente, podemos sugerir ainda que a ideia de raça como uma divisão *social* secundária à realidade econômica da classe é, em si mesma, dependente de um pressuposto específico (e falho) da análise de classe em sua forma marxiana originária: nomeadamente a polarização de classe (Marx, 1976 [1867]). Marx assume a redução do trabalho qualificado ao ordinário e a redução das diferenças de “status” — seja de gênero, raça ou etnicidade — pela operação do mercado de trabalho, assim como defende a impossibilidade de reforma dentro do capitalismo (determinado como é pela lógica da relação capital-trabalho). Uma vez transigido que o desenvolvimento do capitalismo é associado com diferentes posições de classe e possibilidades de reforma, então a racialização inicial *continua constitutiva à classe* (como depois concebido, por exemplo, sociologicamente enquanto “estrutura” de posições vantajosas e desvantajosas) e à reforma social. Em outras palavras, a análise de classe de Marx como um solvente de

divisões raciais (entre outras) depende da polarização de classe e é, de fato, teorizada da perspectiva da “verdade” dessa polarização. Na medida em que essa polarização não é a “verdade” do desenvolvimento capitalista — e, obviamente, o desenvolvimento dos estados de bem-estar é necessariamente uma negação dessa polarização — então a natureza solvente da classe, e os processos de troca mercantil a que estão associados, é minado^{viii}.

Nosso argumento não é direcionado simplesmente à leitura marxista convencional, mas também às leituras sociológicas posteriores que contêm a mesma separação incoerente entre o “econômico” e o “social” (uma separação demonstrada incoerente pelo desenvolvimento do próprio capitalismo). A distinção postula o “econômico” representando processos impessoais (e racionais) de mercado, enquanto o social é a fonte de modificações não-rationais (inclusive discriminatórias). Polanyi não foi o primeiro a ver que essa distinção era incoerente com a ideia de uma lógica autossuficiente de reprodução econômica. No entanto, de nosso ponto de vista, ele não foi longe o bastante em seu repúdio da ideia da força de trabalho como mercadoria. Com efeito, caracterizando o liberalismo como uma teoria incoerente de política pública, Polanyi não consegue compreendê-lo como uma economia *moral* racializada e, por consequência, contribui à ideia de seu caráter “impessoal” (isto é, não-racializado). Assim, torna-se difícil entender o caráter racializado dos estados de bem-estar identificados como liberais, precisamente porque a descrição mesma da mercantilização que os define é representada como “impessoal”.

3. Liberalismo de povoamento

Se agora retornarmos ao grupo liberal de estados de bem-estar definido por Esping-Andersen, é significativo que seus membros incluem os Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e o Canadá. Esses são todos países capitalistas de “povoamento” branco. O Reino Unido é também designado a esse grupo com um status especial de potência colonial associada ao povoamento dos demais países do grupo (entre outros, claro), que são tanto diferenciados como incorporados a seu estado imperial. Isso dá vazão a uma forma particular de definição mútua entre as nações do “novo mundo” e a potência colonial do “velho mundo”. Enquanto ignoramos as questões raciais, o “novo mundo” é igualitário em comparação com um “velho mundo” desigual. A distinção aparece na designação de

Castles e Mitchell (1993) da Austrália e da Nova Zelândia como um subtipo do estado de bem-estar liberal precisamente porque são mais igualitárias que o Reino Unido (e os Estados Unidos). Igualmente, Rana (2011) e Prasad (2012) também caracterizam os Estados Unidos como “igualitário” no século XIX, e, como tal, capaz de sustentar níveis de taxaço progressiva e intervenção estatal (frequentemente associadas com sentimentos “anti-truste”) ainda no século XX que são mais extensivos que aqueles encontrados em países associados com os grupos socialdemocrata ou corporatista-estatista (mesmo hoje, a taxaço corporativa é mais alta nos EUA do que nos países da União Europeia, por exemplo).

É óbvio: *não devemos ignorar a raça*. Os países associados com o grupo liberal tem um status especial com relação ao Reino Unido como potência imperial, derivado da natureza de seu povoamento. A conexão “pátria” à potência imperial significou acesso gradual à autonomia política, incluindo, no começo do século XX (Canadá já antes), a garantia do status de Domínio com prerrogativas de autogoverno dentro do império (isto é, sujeito à autoridade do monarca, mas não ao governo político direto). Os Estados Unidos podem parecer um caso ímpar como uma república plenamente independente, mas sua reivindicação precoce de independência como colônia de povoamento é constituída pelo tratamento iníquo de seus compatriotas (brancos) no Reino Unido. E, claro, os comentadores após a guerra de independência (Tocqueville, 2010 [1835/1840], por exemplo) consideravam a comunidade política nos Estados Unidos como “anglo-americana”. Nesse sentido, então, estendemos a análise de Rana (2011) sobre os Estados Unidos como formação política liberal de povoamento para um conjunto mais amplo de países, em última instância incluindo o próprio Reino Unido.

O status de domínio permitiu às colônias britânicas de povoamento avançar suas próprias políticas — por exemplo, com relação à imigração, manejando-a particularmente para manter a dominância da comunidade política branca. Assim, todos os domínios britânicos brancos mantiveram políticas migratórias exclusivas para brancos, favorecendo os britânicos brancos ou a imigração branca eurodescendente (inclusive americana), até avançado o período pós-Segunda Guerra Mundial (Brawley, 1993). Políticas similares foram adotadas nos Estados Unidos (King, 2000). No contexto dos domínios britânicos, a situação foi particularmente significativa. Ao fim e ao cabo, todos os povos sob autoridade britânica eram súditos britânicos sem distinção entre aqueles vivendo nos territórios do Reino Unido ou alhures. A circulação de súditos britânicos era

percebida majoritariamente entre a metrópole imperial e os domínios e colônias, ou entre os últimos territórios, e não desses territórios em direção à metrópole (com exceção da migração de domínios brancos de povoamento). Foi precisamente o movimento de súditos não-brancos do Caribe, do subcontinente indiano e do sudeste asiático que os domínios buscaram restringir através de suas políticas migratórias exclusivas para brancos; enquanto isso, foi o movimento para a Inglaterra dos mesmos súditos — especialmente de sul-asiáticos expelidos da África Oriental — que precipitou uma crise migratória no Reino Unido nos anos 1960 associada com a hostilidade contra a “imigração de cor” (Hansen, 2000).

Nesse contexto, então, a formação do cluster liberal de estados de bem-estar foi fortemente associado com a política racializada de inclusão e dominação (incluindo suas formas de trabalho). Cada um dos países de povoamento branco teve sérias exclusões dos povos indígenas (“primeira nação”), inclusive políticas que reconheciam abertamente que eles haveriam de deixar de existir. Adicionalmente, nos Estados Unidos, o que Du Bois (1903) chamou de “linha global de cor” operava também internamente para excluir afroamericanos da comunidade política, a despeito da igualdade formal adquirida depois da guerra civil. Os mercados de trabalho e os regimes de bem-estar a eles associados eram racialmente segregados. Em contraste, no Reino Unido, a hierarquia racial era construída externamente, permitindo o desenvolvimento de um regime de bem-estar aparentemente inclusivo internamente, pelo menos no imediato pós-Segunda Guerra. Todavia, o desenvolvimento desse estado de bem-estar era ele próprio dependente da economia política das preferências imperiais (depois da Commonwealth), desenhada para enriquecer o estado britânico enquanto restringiam os direitos estendidos aos súditos dos territórios (ver Shilliam, 2018). As reformas voltadas ao bem-estar eram internas, para os britânicos, e não deveriam ser ampliadas a outras partes, um princípio que foi adotado até mesmo pelo Partido Trabalhista (Davies, 1963).

A negociação para a entrada do Reino Unido na União Europeia coincidiu com a crise pós-guerra acarretada pelo colapso do sistema de economia política imperial e da Commonwealth (Holmwood, 2000). Este envolvia mercados protegidos, ainda que de crescimento lento, para as manufaturas britânicas e acesso a produtos primários e agrícolas. Isso significava que a agricultura britânica era singularmente eficiente quando comparada a outras economias europeias, mas o investimento de capital nas manufaturas era menos eficiente. O elevado volume de importações de alimento colocava pressão

sobre a balança de pagamentos britânica, o que foi um problema adicional após o acordo de Bretton Woods de taxas fixas de câmbio, na medida em que o desenvolvimento da Zona Esterlina atrelada à libra — principalmente entre países da Commonwealth, mas não exclusivamente, e não todos eles — criou a necessidade de proteger a moeda contra quaisquer problemas na balança de pagamentos. Isso implicava medidas deflacionárias que comprometiam as políticas para o investimento de longo prazo^{ix}. Dessa maneira, a “união monetária” sem “união política” na Zona Esterlina prefiguraram os problemas similares na Zona do Euro.

O declínio desse sistema e a orientação para a União Europeia como uma economia política alternativa ocorreram, pois, no contexto da descolonização. Um dos poucos comentadores desse período, escrevendo sobre a França e sobre o Reino Unido, Strang sugere que “a descolonização trouxe a economia política da França e do Reino Unido mais próxima daquela dos países escandinavos, alpinos e do Benelux” (1994, p. 293). Entretanto, no caso do Reino Unido, é difícil sustentar a ideia que essa convergência é manifesta na inflexão ao maior gasto social que se torna possível pela redução dos custos de manutenção do Império. Strang escreve que “com a descolonização massiva, o Reino Unido e a França ficaram reduzidos a potências de segundo escalão e forçados a voltar-se para dentro. Esse giro para dentro pode ter facilitado a expansão subsequente dos direitos políticos, sociais e especialmente de bem-estar” (1994, p. 292). De fato, no caso britânico, o oposto parece ter ocorrido, os direitos de bem-estar estiveram em xeque. Como explicar isso?

Strang (1992) avança uma versão da tese da “democratização” que é em geral usada para explicar a expansão de direitos de bem-estar, sugerindo que há uma “incompatibilidade intrínseca” entre a soberania popular e o Império. Em outras palavras, para o autor, a extensão da democracia na “metrópole” torna mais difícil de sustentar a dominação na relação entre “metrópole” e “dependência”. Ele rastreia isso até a simpatia existente na metrópole pela independência das 13 colônias dos Estados Unidos, sugerindo que se trata de um processo contínuo aplicado alhures. Em parte, apresenta-se como uma consciência crescente na metrópole de que a soberania deva ser estendida às dependências, mas isso se supõe também derivar da “exportação” de ideias de soberania popular que alimentam os movimentos pela independência.

O que Strang perde de vista é o processo complexo de identificação e negação associado com as identidades dessas “dependências” e, em particular, a identificação

“pátria” através de padrões de povoamento “branco”. No pós-guerra, o processo de descolonização estava em curso desde a independência da Índia e do Paquistão após a Segunda Guerra Mundial e, antes, da garantia do estatuto especial de domínio autônomo para as colônias de povoamento como a Austrália, Nova Zelândia e Canadá (África do Sul era um caso complicado). A década de 1960 viu surgir movimentos de independência na África, por exemplo, no Quênia, em Uganda e na Rodésia/Zimbábue. A expulsão da África do Sul da Commonwealth em 1961 e a declaração de independência na Rodésia por um governo de minoria branca em 1965 teve consequências profundas no corpo político britânico. Os políticos conservadores demonstraram considerável simpatia pelos colonos brancos “patrios” na África do Sul e na Rodésia/Zimbábue, enquanto o êxodo de súditos britânicos sul-asiáticos do Quênia e de Uganda produziu uma crise de imigração e de concessão de cidadania no Reino Unido. Paralelamente, a Austrália e a Nova Zelândia estavam abertas à imigração “branca” do Zimbábue e da África do Sul, mas fechadas à migração não-branca de outros países da Commonwealth.

Mesmo sendo a imigração de súditos brancos da Commonwealth e de outros países da Europa muito maior do que a cidadãos não-brancos, foi precisamente a ideia de uma população não-branca, “descendente de imigrantes”, que passou a ser vista como ameaça à identidade nacional. Essa foi a ocasião para a redefinição da cidadania no Reino Unido, estabelecendo como imigrantes aqueles que não fossem súditos britânicos “patrios” (Bhambra, 2017). Esse foi também o contexto do infame discurso de Enoch Powell sobre os “rios de sangue” em 1968, em que ele alertava para a ameaça à identidade nacional derivada da imigração de súditos britânicos não-brancos para o Reino Unido. Enquanto a possibilidade de imigração mais extensiva por consequência da entrada na CEE não foi uma questão — ainda que outros membros da CEE se preocupassem com a circulação de súditos britânicos da Commonwealth (Hansen, 2000) — o controle de fronteiras foi uma consideração central associada com a imigração “de cor”.

Uma das razões pelas quais esses eventos têm menos saliência nas narrativas sobre o desenvolvimento dos estados de bem-estar é que elas transcorrem no contexto de um movimento ascendente pelos direitos civis nos Estados Unidos, buscando certa inspiração nos movimentos anticoloniais (ver Rana, 2011). O sucesso aparente do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1960 criou expectativas que seu regime de bem-estar a nível federal seria de-segregado e que os direitos sociais de cidadania seriam estendidos aos afroamericanos (ver, por exemplo, Parsons, 1965), assim como levou à

modificação da política migratória dos Estados Unidos e a substituição das cotas étnicas por cotas nacionais (King, 2005).

Contudo, ao invés de estender os direitos sociais dessa forma, a política pública neoliberal começou a removê-los de todos os cidadãos. Isso está ligado com a “estratégia sulista” do Partido Republicano para desvincular os votos do sul do Partido Democrata. O discurso de Ronald Reagan em 1980 na Feira Agroindustrial de Neshoba (local do linchamento dos ativistas do Verão da Liberdade no Mississippi em 1964) articula essa estratégia no contexto do neoliberalismo:

“Eu acredito nos direitos dos estados. Eu acredito nas pessoas fazendo tanto quanto podem por elas mesmas no nível da comunidade e no nível privado. E eu acredito que nós distorcemos o equilíbrio do nosso governo hoje em dia, dando poderes que jamais foram pretendidos pela Constituição para serem dados ao *establishment* federal”^x

Essas palavras pressagiam o ataque aos direitos sociais de cidadania e a patologização da dependência da assistência social sob o neoliberalismo, mas elas também prolongam as divisões raciais constitutivas às comunidades políticas liberais desde sua fundação.

Paradoxalmente, o enxugamento neoliberal dos direitos sociais posterior à desegregação nos Estados Unidos teve o efeito aparente de fazer a “classe” mais relevante na explicação da experiência dos afroamericanos do que a “raça” (Wilson, 1982, 2015). Isso porque uma proporção significativa dos estadunidenses brancos vieram a partilhar uma experiência semelhante de desvantagem. Entretanto, o que precisa ser compreendido é que é a *raça* que explica a reemergência da “classe” e não a *classe* que é uma explicação subjacente à “raça”. É também o contexto em que a classe trabalhadora “branca” passa a ser posicionada racialmente pelo neoliberalismo compartilhando experiências materiais com cidadãos não-brancos, mas reivindicando a “branquitude” como um marcador de diferença e identidade. Em outras palavras, a forma racializada do populismo exibido na recente eleição presidencial nos Estados Unidos (e no voto pela saída do Reino Unido da União Europeia) é constitutiva às estruturas racializadas do mercado de trabalho e do bem-estar do estado de bem-estar liberal e neoliberal.

4. Solidariedade e bem-estar revisitados

Mas quanto aos outros tipo de bem-estar europeus, como o “corporatista-estatista” e o “socialdemocrata”? Vamos tratar brevemente do primeiro. Como já foi observado, o núcleo dos estados membros da União Europeia desde o princípio — Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Itália e Luxemburgo — estava implicado no colonialismo. De fato, a pretensão mesma da UE de acabar com a guerra entre as nações europeias reconhece necessariamente a competição global por colônias que definiu o desenvolvimento desses estados e é parte da explicação da duas guerras mundiais no século XX (Grovgui, 2002). Nesse sentido, o que poderia ser excepcional entre estados europeus seria não ter um passado de engajamentos coloniais. Isso poderia ser apontado para os estados pós-comunistas entrando a UE após 1989, mas a UE que eles aderiram é uma Europa pós-colonial. Porém, a narrativa convencional da UE é atribuir o colonialismo ao passado nacional dos estados membros, e não a ela própria (Bhambra, 2016). Isso vale até mesmo para o caso da França, que nos anos 1960 lutou uma guerra colonial contra a independência da Argélia, um estado incorporado à União Europeia como parte da França, mas sem intitular sua população com os direitos dos membros, como a liberdade de locomoção e o bem-estar.

Hansen e Jonsson (2011, 2012, 2014) e Garavini (2012) demonstraram as conexões entre o colonialismo europeu e a integração europeia, sublinhando um projeto comum europeu de colonialismo que seria constitutivo à sua eventual integração. As negociações no pós-guerra que levaram à criação da CEE, por exemplo, como Hansen e Jonsson indicam, entendiam que “partes da África e o mercado comum estavam vinculadas em uma estrutura política imperial” (2012, p. 1029). Com efeito, essas negociações para a integração foram calcadas na ideia de “trazer a África como ‘dote para a Europa’” (Hansen e Jonsson, 2011, p. 455). Em outras palavras, os recursos naturais da África — nomeadamente terra, trabalho e mercados — deviam estar à disposição para o projeto europeu. Entretanto, isso não implicava uma consulta “nos territórios a serem sujeitos à incorporação ou associação” (Hansen e Jonsson, 2011, p. 455). Não só estavam as colônias africanas da Europa inquestionavelmente a serviço do incipiente projeto europeu, mas há uma proposição mais forte de que “a unificação da Europa só pode triunfar se ela for talhada como uma colonização conjunta da África” (Hansen e Jonsson, 2013, p. 11).

Como sugerimos, a designação do colonialismo às histórias nacionais de países europeus em separado, e não à UE e ao próprio “projeto” europeu é uma construção falha. Porém, como vimos, isso não é algo que entra nas análises sobre o desenvolvimento dos

estados nacionais de bem-estar social de países que eram potências imperiais. Oferecemos uma análise para o grupo de bem-estar liberal, e não dispomos de espaço para estendê-la para os países dos outros grupos. Ainda assim, parece claro que os arranjos de bem-estar de potências coloniais como França, Bélgica, Holanda, Itália e Alemanha são caracterizados por arranjos hierárquicos de inclusão e exclusão, nos quais direitos adquiridos na metrópole não são estendidos às possessões coloniais e, de resto, aquelas possessões são vistas como algo para servir a prosperidade da metrópole e suas hierarquias “locais”.

Contudo, o caso mais desafiador seria como poderíamos fornecer uma construção colonial e pós-colonial do desenvolvimento dos estados de bem-estar no grupo socialdemocrata. Não que a Suécia, a Dinamarca e a Noruega não tenham se envolvido com possessões coloniais (incluindo o tráfico de escravos no Atlântico). Claramente elas o fizeram, mas em pequena escala, acabando derrotadas por maiores potências europeias relativamente cedo no desenvolvimento dos impérios europeus. Em larga medida, suas ambições coloniais se esgotaram ao final do século XVIII. Para a Suécia e a Noruega (e a Finlândia também), há também questões sérias de “colonização interna” associadas com a expansão ao norte e a expulsão do povo lapão, que incluiu trabalho forçado em atividades mineradoras, similar aos povos indígenas nas Américas e alhures.

No entanto, a questão do colonialismo de povoamento não é uma questão de políticas nacionais específicas para criar colônias, mas também das consequências dessas colônias em termos de movimento populacional mais amplo. Então, se os países escandinavos não estenderam suas colônias formais no século XIX, o colonialismo de povoamento assegurou oportunidades para suas populações migrarem, e essa migração contribuiu aos processos de despossessão e expansão do povoamento alhures, especialmente nos Estados Unidos. A migração escandinava começou na década de 1840 (coincidindo com a remoção dos ameríndios dos locais de povoamento escandinavo) e continuou ao longo dos séculos XIX e XX. Estima-se que esses processos de migração tenham envolvido até 25 por cento da população da Suécia e estão associados com a imiserção doméstica resultante da quadruplicação da população desde meados do século XVIII. No caso da Suécia, isso deu vazão a temores quanto às consequências da migração para o desenvolvimento nacional. Entre 1907 e 1913 uma Comissão de Emigração foi instalada e alçou a questão da pobreza e da hierarquia de status na Suécia que contrastava com as liberdades (racializadas) encontradas nos Estados Unidos.

De fato, explicações sobre o desenvolvimento do estado de bem-estar sueco e seu caráter “favorável às mulheres” frequentemente apontam à crise demográfica associada com a baixa fertilidade, mas ela já havia sido exacerbada pela emigração. Nos anos 1930, a taxa líquida de reprodução caiu ao patamar mais baixo de todos os países para os quais há dados comparáveis. Esse é o contexto em que Alva e Gunnar Myrdal (1934) defenderam políticas para apoiar a participação das mulheres na força de trabalho. As alternativas seriam políticas “natalistas” de encorajar famílias maiores ou a imigração. Dessa forma, mesmo com o grupo socialdemocrata, é possível expandir a adequação da explicação se tomarmos a sério os vínculos coloniais dos países associados.

5. Conclusão

O colonialismo, seja pelo estabelecimento de colônias formais ou por formas de povoamento assimiladas às variantes dominantes de outras potências coloniais, é central para a construção histórica do estado de bem-estar na Europa. Sem ter em conta a história mais ampla, nossas explicações para as questões atuais que afetam os estados de bem-estar serão limitadas e paroquiais. Questões de raça e imigração não são um fenômeno novo com o qual os estados de bem-estar europeus agora precisam lidar, mas são questões longevas ainda que tergiversadas e invisíveis por decorrência de como as análises de Ciências Sociais têm sido construídas.

Tentamos mostrar que isso não é simplesmente uma questão substantiva — uma incapacidade de tratar raça e imigração —, mas é também analítica, erigida em conceitos social científicos. Mercados são racializados a partir do momento em que entendemos a ideia de que a força de trabalho como mercadoria deriva da economia moral, e não é a forma pura e *associal* da relação de mercado. As “solidariedades de classe” não são o antídoto para respostas racializadas, mas estão atreladas a estas. Não há associação automática de “classe” (ou mercado) com a dissolução de desigualdades racializadas. De fato, “solidariedades” exclusivas têm sido usadas para representar outros como desmerecedores e foram a base para subtração de direitos de bem-estar. A “classe” não é a respeito de “processos reais subjacentes”, em contraste com uma política de identidade que rompe a organização com base nesses processos. Classe é raça, e encarar sua formação mútua será central para qualquer organização futura por justiça social. A conjunção entre neoliberalismo e populismo não é acidental e o futuro da desigualdade

no século XXI será o patrimonialismo capitalista entrincheirado que descreve Piketty, a menos que possamos fazer jus a este desafio, reconstruindo nosso entendimento sobre como desigualdades profundas são produzidas e reproduzidas.

Referências:

ALESINA, A. & GLAESER, E. (2004). *Fighting Poverty in the US and Europe*. Oxford: Oxford University Press.

ALESINA, A.; GLAESER, E. & SACERDOTE, B. (2001). *Why Doesn't the US Have a European-Style Welfare System?*. Cambridge, MA: National Bureau for Economic Research), NBER Working Paper 8524.

ANDERSON, E. (2014). *Social Movements, Experiments in Living, and Moral Progress*. Case Studies from Britain's Abolition of Slavery. The Lindley Lecture at the University of Kansas. Available from: <https://kuscholarworks.ku.edu/handle/1808/14787>.

ATKINSON, A.B. (2003). "Income Inequality in OECD Countries: Data and Explanations", *CESifo Economic Studies*, vol. 49, n. 4, pp. 479–513.

BALDWIN, P. (1992), *The Politics of Social Solidarity: Class Bases of the European Welfare State 1875–1975*. Cambridge: Cambridge University Press.

BERLIN, I. (1969). 'Two Concepts of Liberty'. Em Berlin, I. *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press.

BHAMBRA, G.K. (2007). *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*. Basingstoke: Palgrave.

BHAMBRA, G.K. (2016). Whither Europe? Postcolonial Versus Neocolonial Cosmopolitanism. *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*, vol. 18, n.2, pp. 187–202.

BHAMBRA, G.K. (2017), Locating Brexit in the Pragmatics of Race, Citizenship and Empire. Em W. Outhwaite (ed.). *Brexit: Sociological Responses*. Londres: Anthem Press, pp. 91–100.

BOLDERSON, H. & MABBETT, D.H. (1995). Mongrels or Thoroughbreds: A Cross-national Look at Social Security Systems. *European Journal of Political Research*, vol. 28, pp. 119–39.

BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. (2006). *On Justification: Economies of Worth*. Princeton: Princeton University Press.

BRAWLEY, S. (1993). "No 'White Policy' in NZ": Fact and Fiction in New Zealand's Asian Immigration Record, 1946–78'. *The New Zealand Journal of History*, vol. 27, n. 1, pp. 16–36.

CASTLES, F. (1998). *Comparative Public Policy: Patterns of Post-war Transformation*.

Northampton, MA: Edward Elgar.

CASTLES, F.G. & MITCHELL, D. (1993). Worlds of Welfare and Families of Nations. Em in F.G. Castles (ed.), *Families of Nations: Patterns of Public Policy in Western Democracies*. Dartmouth: Aldershot, pp. 93–128.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (1967). *Opinion on the Application for Membership Received from the United Kingdom, Ireland, Denmark and Norway*. Brussels, 29 September.

DAVIES, I. (1963). The Labour Commonwealth. *New Left Review*, vol. I, 22 Dezembro.

DU BOIS, W.E.B. (1903). *The Souls of Black Folk*. Chicago: A.C. McClurg.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. (2011). *The Crisis of Neo-liberalism*. Boston, MA: Harvard University Press.

ESPING-ANDERSEN, G. (1988). *Politics Against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press.

ESPING-ANDERSEN, G. (1991). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. London: Polity.

FENGER, H.J.M. (2007). Welfare Regimes in Central and Eastern Europe: Incorporating Post-communist Countries in a Welfare Regime Typology. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences*, vol. 3, n.2, pp. 1–30.

FERRAGINA, E & SEELEIB-KAISER, M. (2011). ‘Thematic Review: Welfare Regime Debate: Past, Present, Futures?’. *Policy and Politics*, vol. 39, n. 4, pp. 583–611.

FERRERA, M. (1996). The Southern Model of Welfare in Social Europe’. *Journal of European Social Policy*, vol. 6, n. 1, pp. 17–37.

GARAVINI, G. (2012). *After Empires: European Integration, Decolonization, and the Challenge from the Global South 1957–1986*. Oxford: Oxford University Press.

GOODHART, D. (2013). *The British Dream: Successes and Failures of Post-war Immigration*. London: Atlantic Books.

GROVOGUI, S.N. (2002). Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. *European Journal of International Relations*, vol. 8, n.3, pp. 315–38.

HANSEN, R. (2000), *Citizenship and Immigration in Post-war Britain: The Institutional Origins of a Multicultural Nation*. Oxford: OUP.

HANSEN, P. & JONSSON, S. (2011). Bringing Africa as a “Dowry to Europe”: European Integration and the Eurafrican Project, 1920–1960. *Interventions*, vol. 13, n. 3, pp. 443–63.

HANSEN, P. & JONSSON, S. (2012). Imperial Origins of European Integration and the Case of Eurafrica: A Reply to Gary Marks “Europe and Its Empires”. *Journal of Common Market Studies*, vol. 50, n. 6, pp. 1028–41.

HANSEN, P. & JONSSON, S. (2013). A Statue to Nasser? Eurafrica, the Colonial Roots of European Integration, and the 2012 Nobel Peace Prize'. *Mediterranean Quarterly*, vol. 24, n.4, pp. 5–18.

HANSEN, P. & JONSSON, S. (2014). *Eurafrica: The Untold History of European Integration and Colonialism*. London: Bloomsbury Academic.

HARRIS, A. (1989 [1939]). Pure Capitalism and the Disappearance of the Middle Class. Em W. Darity, Jr (ed.). *Race Radicalism and Reform; Selected Papers*. New Brunswick, NJ: Transaction, pp. 209–12.

HOLMWOOD, J. (2000). Europe and the “Americanization” of British Social Policy. *European Societies*, vol. 2, n.4, pp. 453–82.

HOLMWOOD, J. (2016). Moral Economy Versus Political Economy: Provincializing Polanyi. Em C. Karner and B. Weicht (eds.) *The Commonalities of Global Crises: Markets, Communities and Nostalgia*. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 143–66.

ISENBERG, N. (2016). *White Trash: The 400-Year Untold History of Class in America*. Nova York, Viking.

KING, D. (2000). *Making Americans: Immigration, Race, and the Origins of the Diverse Democracy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

KING, D.S. (2005). *The Liberty of Strangers: Making the American Nation*. Nova York: Oxford University Press.

KOTZ, D.M. (2009). The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neo-liberal Capitalism. *Review of Radical Political Economy*, vol. 41, n. 3, pp. 305–17.

LEBOVICS, H. (1986). The Uses of America in Locke’s Second Treatise of Government. *Journal of the History of Ideas*, vol. 47, n. 4, pp. 567–81.

LYNCH, J. (2006). *Age in the Welfare State: The Origins of Social Spending on Pensioners, Workers, and Children*. Cambridge: Cambridge University Press.

MACPHERSON, C.B. (1962). *The Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press.

MANN, M. (1987). Ruling Class Strategies and Citizenship. *Sociology*, vol. 21, n. 3, pp. 339–54.

MARX, K. (1976 [1867]). *Capital: A Critique of Political Economy*, Volume 1. Harmondsworth: Penguin Books.

MYRDAL, A. & MYRDAL, G. (1934). *Kris I Befolkningsfrågan*. Stockholm: Bonniers.

MYRDAL, G. (1944). *An American Dilemma* (with the Assistance of Richard Sterner and Arnold Rose). Nova York: Harper.

PARSONS, T. (1965). Full Citizenship for the Negro American? A Sociological Problem. *Daedalus*, vol. 94, n.4, pp. 1009–54.

PERROW, C. (1984). *Normal Accidents: Living with High Risk Technologies*. Nova York: Basic Books.

PIKETTY, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.

POLANYI, K. (2001 [1944]). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, MA: Beacon Press.

PRASAD, M. (2012). *The Land of Too Much: American Abundance and the Paradox of Poverty*. Boston, MA: Harvard University Press.

Rana, A. (2011). *The Two Faces of American Freedom*. Boston, MA: Harvard University Press.

RODRIGUEZ-SALGADO, M. (2009). How Oppression Thrives Where Truth Is Not Allowed a Voice: The Spanish Polemic about the American Indians. Em G.K. Bhambra & R. Shilliam (eds.). *Silencing Human Rights: Critical Engagements with a Contested Project*. Londres: Palgrave.

SCHELKLE W. (2012). *Collapsing Worlds and Varieties of Welfare Capitalism: In Search of a New Political Economy of Welfare*. LSE 'Europe in Question' Discussion Paper Series, n. 54. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS%20Discussion%20Paper%20Series/LEQSPaper54.pdf> [acesso em 1/11/2017].

SCRUGGS, L. & ALLAN, J. (2006). Welfare State Decommodification in 18 OECD Countries: A Replication and Revision. *Journal of European Social Policy*, vol. 16, n. 1, pp. 55–72.

SHILLIAM, R. (2018). *Colonial Genealogies of the Deserving Poor: From Abolition to Brexit*. Agenda Publishing: Newcastle.

STRANG, D. (1992). The Inner Incompatibility of Empire and Nation: Popular Sovereignty and Decolonization. *Sociological Perspectives*, vol. 35, n. 2, pp. 367–84.

STRANG, D. (1994). British and French Political Institutions and the Patterning of Decolonization. Em T. Janowski & A.M. Hicks (eds). *The Comparative Political Economy of the Welfare State*. Cambridge: Cambridge University Press.

STREECK, W. (1995). From Market Economy to State Building? Reflections on the Political Economy of European Social Policy. Em S. Leibfried & P. Pierson (eds.) *European Social Policy: Between Fragmentation and Integration*. Washington, DC: Brookings Institution, pp; 389–431.

TAYLOR-GOUBY, P. (2004). Is the Future American? Or, Can Left Politics Preserve European Welfare States from Erosion Through Growing "Racial" Diversity?. *Journal of Social Policy*, vol. 34, n.4, pp. 661–72.

TOCQUEVILLE, A. de [2010 (1835/40)]. *Democracy in America*. Indianapolis: Liberty Fund.

VIRDEE, S. (2014). *Racism, Class and the Racialised Outsider*. Londres: Palgrave.

WARD, J.T. (1970). *Popular Movements, c 1830–1850*. London: Macmillan.

WILSON, W.J. (1982). *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions*. Chicago: University of Chicago Press.

WILSON, W.J. (2015). New Perspectives on the Declining Significance of Race: A Rejoinder. *Ethnic and Racial Studies*, vol. 38, n. 8, pp. 1278–84.

WRIGHT, E.O. (1985). *Classes*. Londres: Verso.

Notas:

ⁱ Ao oferecer essa caracterização, não estamos descartando as lutas sociais através de linhas raciais e étnicas (ver Virdee 2014, para o caso britânico, e mais amplamente, os ensaios em Ward 1970), mas sim sugerindo que eles não tiveram um papel definitivo no estabelecimento das estruturas sociais do bem-estar.

ⁱⁱ Isso coincide com um pico nos movimentos de descolonização e nos argumentos, da parte dos países recém-independentes, por uma “nova ordem econômica internacional” para lidar com as desigualdades pré-existentes. Um ajuste estrutural neoliberal foi o que se seguiu. Desenvolveremos o argumento posteriormente, mas o neoliberalismo promovido no exterior por estados ocidentais posteriormente veio também para “casa”.

ⁱⁱⁱ De maneira significativa, os apelos às solidariedades em tempo de guerra como base para “tomar o país de volta” e repudiar a imigração foram parte maiúscula da campanha do Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP) para deixar a União Europeia.

^{iv} A diferença entre as abordagens marxistas e não-marxistas é que as últimas aceitam as aparências fenomênicas das trocas mercantis, ao passo que as primeiras argumentam que uma relação social pode ser revelada sob essas aparências. No entanto, essa relação social é expressa através da formas de mercadoria.

^v Isso é indicado pela teoria marxista da acumulação primitiva e da emergência do capitalismo, a qual, contra a economia política clássica, assinala a significância do movimento dos cercamentos e da criação da propriedade privada da terra, mas não o processo mais amplo de despossessão colonial exceto como fase transitória da acumulação de um excedente para pôr em funcionamento a acumulação sob relações capitalistas.

^{vi} Polanyi afirma que “o postulado de que qualquer coisa que é comprada e vendida deve ser produzida para venda é enfaticamente falso no caso delas” (2001 [1944]: 72).

^{vii} Por exemplo, a figura do “escravo” é central para o ensaio clássico de Berlin sobre os “dois conceitos de liberdade” e sua elaboração da ideia de não-liberdade:

“Eu desejo ser alguém, não qualquer um; um agente — decidindo, não sendo objeto da decisão, dirigido por si e não pela natureza externa ou por outros homens como se eu fosse uma coisa, um animal ou um escravo incapaz de exercer um papel humano, ou seja, capaz de conceber meus próprios objetivos e minhas diretrizes e executá-los (1969: 151).

^{viii} Essa seção deriva de uma leitura do trabalho de Abram Harris, especialmente seu “Capitalismo puro e o desaparecimento da classe média (1989 [1939]). Como outros acadêmicos afroamericanos, Harris foi atraído pela análise de classe como “universalismo” alternativo àquele dos “valores americanos” tal qual desenvolvido posteriormente por Myrdal (1944). Ele concebe esse universalismo de classe como vinculado ao argumento da polarização e, na ausência desta, como este artigo estabelece, a diferenciação de classe fornece as condições para uma diferenciação racializada em vez de uma base para solidariedade através das diferenças raciais. O argumento de Harris sobre a diferenciação de classe como a realidade que a análise de classe deve enfrentar foi retomada por Wright (1985) como uma questão técnica de definição, sem reconhecer o contexto da política de raça em que Harris estava escrevendo.

^{ix} Essa era a visão da Comissão da Comunidade Econômica Europeia em sua “opinião” sobre a candidatura

britânica de adesão: as dificuldades de fato parecem ser principalmente estruturais na origem, e advém ora de defeitos na distribuição de recursos produtivos (investimento inadequado ou mal-direcionado, obstáculos diversos ao melhoramento da produtividade, o padrão de emprego, o sistema tributário) ora de ônus econômicos, monetários e financeiros herdados do passado do país, a Segunda Guerra Mundial e a posição internacional do país no mundo pós-guerra (Commission of the European Communities 1967: 38).
* O discurso foi fartamente repercutido à época. A transcrição de uma gravação do discurso está disponível no site do jornal democrata de Neshoba (upload em 15 de novembro de 2007):
<http://neshobademocrat.com/Content/NEWS/News/Article/Transcript-of-Ronald-Reagan-s-1980-Neshoba-County-Fair-speech/2/297/15600>.